



## EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA ESCOLA<sup>1</sup>

## EDUCATION AND PUBLIC POLICIES AT SCHOOL

## EDUCACIÓN POLÍTICAS PÚBLICAS EM LA ESCUELA

Cleuzenir dos Santos Inêz da Silva <sup>2</sup>

Dr. Fábio Santos de Andrade <sup>3</sup>

**Resumo:** No Brasil, as políticas públicas surgem como instrumentos fundamentais, para a promoção dos direitos sociais. A escola se destaca como um espaço privilegiado para a garantia, execução e articulação dessas políticas. Diante do exposto, surge a questão: As políticas públicas, como o programa Bolsa Família, têm sido eficazes na promoção da permanência escolar e na melhoria da qualidade de vida dos estudantes? Para responder a essa questão, propomos, no presente artigo, fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema. Conclui-se, portanto, que a consolidação de políticas públicas efetivas na escola, é um caminho indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

**Palavras-chave:** Educação; Políticas Públicas; Escola.

---

<sup>1</sup>Resumo apresentado ao GT 7 Direitos Humanos, Saúde Educação e Políticas Públicas, no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

<sup>2</sup>Mestranda em Educação Escolar pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional da Universidade Federal de Rondônia (PPGEEprof/UNIR). E-mail: [cleo.pedagogiapvh@gmail.com](mailto:cleo.pedagogiapvh@gmail.com). Orientadora Educacional – Escola Auta de Souza - SEMED. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1048643413639039> ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7954-7301>

<sup>3</sup> Pós Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor Associado da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEprof), Linha de Pesquisa 2: Currículo, Políticas e Diferenças Culturais na Educação Básica. Líder do HUMANIZE: Grupo de Pesquisa sobre história, Educação Social e Vida Cotidiana. E-mail: [fabio.andrade@mdh.gov.br](mailto:fabio.andrade@mdh.gov.br) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5697273914732427> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5658-4485>



## Introdução

No Brasil, as políticas públicas surgem como instrumentos fundamentais, para a promoção dos direitos sociais. A escola, se destaca como um espaço privilegiado para a garantia, execução e articulação dessas políticas.

Partindo de uma aproximação conceitual sobre o tema das políticas públicas no Brasil voltados a educação, é focalizado o programa Bolsa família, como políticas públicas para efetivação de direitos humanos e promoção da equidade. O objeto da pesquisa consiste em compreender, como a efetivação e ausência das políticas públicas relacionadas a educação, impacta o cotidiano escolar e a permanência dos estudantes.

Diante do exposto, surge a questão: As políticas públicas como o programa Bolsa Família, têm sido eficazes na promoção da permanência escolar e na melhoria da qualidade de vida dos estudantes? Para responder a essa questão, propomos, no presente artigo, fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema. Trata-se de um ensaio teórico, tendo sido realizada pesquisa bibliográfica através de leituras, referentes as políticas públicas no ambiente escolar. Para dar embasamento a este trabalho, serão utilizados conceitos de políticas públicas, a partir de Bucci (2019), Oliveira (2012), entre outros.

Este estudo é caráter qualitativo e exploratório, considerando a complexidade e a dinamicidade dos temas relacionados a educação e as políticas públicas. A partir de documentos, artigos acadêmicos e relatórios de políticas públicas, além da análise de vivências escolares, descritas em pesquisas já publicadas.

Deste modo, torna-se essencial investigar se essas políticas, de fato alcançam seus objetivos, de garantir o direito a educação, assim como influenciam a permanência escolar e qualidade de vida dos estudantes.



## **Desafios e perspectivas das políticas públicas na garantia do direito à educação**

As políticas públicas, tem por permissa gerar um bem comum a toda sociedade, são entendidas como a voz do povo sob a responsabilidade do Estado. “As políticas públicas são arranjos institucionais complexos, expressos em estratégias, que resultam de processos juridicamente regulados, visando adequar meios e fins” (BUCCI, 2019, p. 21) Assim, o poder público tem como incumbência organizar os recursos e alcançar objetivos.

A promoção da educação, reflete na efetivação dos direitos humanos. O direito a aprendizagem, exige políticas públicas contínuas, de modo que com a implementação e acompanhamento de programas de qualidade, a integração e participação de crianças e adolescentes possam alcançar, transformações profundas na sociedade.

As políticas públicas na área da educação, visam a contribuir para a permanência do aluno na escola, assim como o combate à fome e a evasão escolar. “Políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar, enquanto ambiente de ensino aprendizagem”. (OLIVEIRA, 2012, p.5). Isto é, são todas as ações, que o poder público faz para melhorar a qualidade do ensino.

Embora as políticas públicas no Brasil sejam desenvolvidas, ainda há uma distância significativa entre o que está previsto e o que está concretizado no ambiente escolar. A educação brasileira é apontada “pela ausência de efetivas políticas de universalização das condições de acesso e permanência no ensino fundamental e médio” (CHIAVATTA; RUMMERT, 2010, p. 464). Desta forma, apesar das legislações, os obstáculos ainda são presentes na realidade e comprometem a efetividade desses direitos.

Não obstante, existem programas e planos consistentes, a favor da melhoria da qualidade da educação e bem-estar dos estudantes, entretanto, a efetivação das



políticas educacionais defronta-se a entraves, devido a fatores como as desigualdades regionais, socioeconômicas, a sobreposição das ações e burocratizações administrativas. Fatores estes, que impedem a concretização dos princípios da equidade, inclusão e qualidade social. Importantes estratégias de políticas públicas, voltadas para a educação, saúde e inclusão social, quando articuladas, promovem a melhoria das condições de vida das famílias.

A implementação das políticas públicas voltadas a insegurança alimentar, não se limita ao fornecimento de refeições, porém traz diversos impactos positivos. Entre suas atribuições, estão a redução da fome e desnutrição, a promoção da equidade social, a educação para hábitos saudáveis e a melhoria do desempenho escolar. Estudantes que não se alimentam de forma adequada, apresentam dificuldades de concentração, baixo rendimento escolar e são suscetíveis a doenças. Conforme Sally e Cornelius (2001), a alimentação insuficiente, é uma das principais causas das crianças em situação de fome, que apresentam baixo rendimento acadêmico, e alto grau de evasão escolar.

O programa Bolsa família, foi criado em 2003, para minimizar as desigualdades sociais no Brasil e promover a inclusão social. Conforme Brasil (2015) O Bolsa família-PBF, surgiu com o objetivo central de combater a pobreza e a desigualdade no Brasil e promover o acesso das famílias aos direitos sociais básicos.

O Programa, como o Bolsa Família, é uma política pública, que visa garantir condições mínimas de permanência da criança na escola, quando bem implementados, demonstram o potencial de fortalecer a relação entre direitos humanos e educação. No entanto, ainda enfrenta desafios quanto a sua efetividade e alcance. As concepções do benefício têm caráter temporário e não é suficiente para promover autonomia econômica das famílias. Embora atenda milhões de famílias, ainda persistem os casos invisíveis, subtendidos, sem acesso ao programa. Conforme Arruda (2020, p. 401) Um dos maiores desafios do programa,



é articular políticas de educação e emprego. Ainda existe a necessidade, de integrar as ações educacionais voltadas ao mercado de trabalho, afim de proporcionar oportunidades reais de emancipação social e econômica.

O programa Bolsa Família “[...] tem sido capaz apenas de melhorar a situação de vida dessas famílias, sem, entretanto, retirá-las do nível de pobreza em que se encontram [...]” (SILVA, 2007, p. 1438). A limitação estrutural do programa, se sobressai como medida compensatória, não supera a desigualdade social persistente na realidade das comunidades.

A privação de acompanhamento contínuo e instabilidade dos programas fazem com que, os direitos já conquistados sejam fragilizados. E a ausência do programa, intensifica as vulnerabilidades já existentes. A falta de integração entre políticas, perpetua desigualdades no ambiente educacional, amplia o fracasso escolar, compromete o princípio da criança como sujeito de direitos. “Ainda não temos no Brasil do século XXI, um sistema de educação que possa ser denominado nacional, dadas as profundas disparidades entre os estados e regiões”. (ARAÚJO, 2011, p. 280)

## **Conclusão**

As análises evidenciam que as políticas públicas de educação, articuladas, podem transformar a vivência escolar em um espaço de emancipação social. O fortalecimento de políticas intersetoriais é necessário para garantir a permanência e o sucesso escolar dos estudantes. Programas como o Bolsa Família, demonstram a importância de políticas efetivas, onde se pode assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar dos estudantes. A frequência escolar é cumprida, a transferência de renda acontece e garante as condições básicas de alimentação, higiene e saúde.

É evidente que as políticas públicas são importantes para a garantia da educação dos estudantes no Brasil, porém torna-se urgente pensar em estratégias



que ampliem a qualidade e continuidade dos programas, afim de aumentar a articulação entre as políticas voltadas a comunidade. Deste modo, a importância da integração entre setores, que resultem em ações contextualizadas.

Conclui-se, portanto, que a consolidação de políticas públicas efetivas na escola, é um caminho indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, na qual a educação seja, como instrumento de emancipação e promoção da dignidade humana.

## Referências

ARAÚJO, G, C. de. **Estado, política educacional e direito a educação no Brasil:** “o problema maior é o de estudar”. Educa. Per., Curitiba, nº39, p. 279-292, abr. 2011.

ARRUDA, Poliana Aparecida. Bittencourt, Zélia Zilda Lourenço. **Desafios e possibilidades do Programa Bolsa Família: houve mudanças nas condições de vida de seus beneficiários?** SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 22, N.2, P 385-407, JAN./JUN. 2020

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Método e aplicações da abordagem Direito e Políticas Públicas (DPP).** Revista Estudos Institucionais, v. 5, n. 3, p. 791-832, dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conheça o Programa Bolsa Família, 2015. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e> Acesso em 25 mar.2025.  
Acesso em: 10 de outubro de 2025

CIAVATTA, Maria; RUMMERT, Sonia Maria. **As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional.** Educação & Sociedade, v. 31, n. 111, p. 461-480, 2010.

OLIVEIRA, Adão Francisco. **Políticas Públicas em Educação:** conceito e contextualização numa perspectiva didática. Revista multidisciplinar e psicologia. Ano 11, n.34, fev 2012.



SALLY, G.M.G; CORNELIUS, A. **A Review of Studies on the Effect of Iron Deficiency on Cognitive Development in Children.** The Journal Of Nutrition, vol.131, fev.2001. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0022316622146730?via%3Dihub>

[b](#) Acesso: 17 de outubro de 2025

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Bolsa Família:** problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. In: Revista Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, nov./dez. 2007, p. 1429-1439.